



EDIÇÃO Nº 12 , SETEMBRO DE 2013

ARTIGO RECEBIDO ATÉ 10/09/2013

ARTIGO APROVADO ATÉ 20/09/2013

A IMPORTÂNCIA DA SOCOLINGUÍSTICA PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE LÍNGUA PORTUGUESA

Dirlene Santos de Araujo¹

Adriana Lúcia de Escobar Chaves de Barros²

RESUMO:

Este trabalho visa discorrer sobre a importância dos estudos da Sociolinguística para a formação de professores de língua materna. Trataremos de princípios básicos desta área do conhecimento, assim como suas concepções, seu surgimento, seu escopo de atuação e importância na sala de aula e relacionando-os com a formação continuada de professores de língua materna, numa perspectiva reflexiva, no que diz respeito ao combate ao preconceito linguístico e ao conservadorismo na escola. O papel da escola é o de levar os alunos a se apoderarem da norma culta da língua, mas também enriquecer o seu repertório linguístico, permitindo o acesso a uma maior gama possível de recursos para que atinjam uma competência comunicativa ampla e diversificada, sem desvalorizar suas variantes linguísticas de origem, adquiridas nas suas relações sociais dentro de sua comunidade. Considerando que o conhecimento da Sociolinguística contribui relevantemente para os profissionais que ensinam a língua materna em nosso sistema educacional, uma das oportunidades para o aperfeiçoamento e reconstrução deste, são os cursos de formação continuada de professores. O professor precisa estar preparado para enfrentar o desafio de ensinar a língua materna, e, através dela, desenvolver a capacidade crítica dos alunos, promovendo, assim, o exercício da cidadania e sua inclusão social.

Palavras- chave: Sociolinguística. Formação de Professores de Língua. Preconceito Linguístico. Inclusão Social

INTRODUÇÃO

¹ Professora de Língua Portuguesa e Inglesa atua como formadora pela Secretária Municipal de Educação de Campo Grande – MS é especialista em Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa e Ensino de Língua Inglesa e atualmente mestranda no curso de pós-graduação *stricto sensu* da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul – UEMS - de Campo Grande – MS.

² Professora de Língua Inglesa, Ensino de Línguas e Literaturas, Pesquisa em Letras e Sociolinguística no curso de graduação e pós-graduação *stricto sensu* da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul – UEMS - de Campo Grande – MS.



O presente artigo insere-se nos estudos atuais da disciplina de Pesquisa em Letras do curso de pós-graduação *stricto sensu* da UEMS, sob a orientação da professora Adriana Lúcia de Escobar Chaves de Barros.

Discutimos, aqui, sobre a importância da Sociolinguística para a formação de professores de língua materna, levantando algumas questões consideradas como elementos norteadores para o desenvolvimento do texto. São elas:

- O que é a Sociolinguística e o que ela pesquisa?
- Qual a sua importância na sala de aula?
- O que é a formação continuada de professores?
- Quais as bases legais da formação continuada de professores?
- Quais perspectivas são utilizadas nas formações de professores?
- Como os estudos da Sociolinguística podem contribuir para a formação de professores de língua materna?

A Sociolinguística é uma ciência com um vasto campo de investigação e inegável importância nos contextos atuais de pesquisas em Letras e algumas áreas afins. Percebem-se resultados dos seus estudos, não somente nas descrições das línguas, mas também em decisões de cunho político e educacionais, devido às inúmeras questões que a variação linguística vem fazendo emergir, em nosso mundo moderno.

Atualmente, tem-se discutido muito sobre a qualidade do ensino em todos os âmbitos, desde a alfabetização até o ensino superior e observado que há um longo caminho a ser percorrido no tocante ao sistema de ensino brasileiro e à adequação de políticas públicas para se atuar nas causas do problema.

Uma alternativa seria investir mais na formação dos profissionais que atuam nos Ensinos Fundamental e Médio, de forma a prepará-los mais devidamente para enfrentarem o desafio de conduzir a aprendizagem como um todo e mais especificamente, da língua materna, foco desta pesquisa, tornando-os conscientes da responsabilidade que assumem ao ensinarem Português, diante das variedades desta língua.

Os estudos da Sociolinguística podem contribuir para a atuação dos profissionais de línguas de nossas escolas, no sentido de fornecer instrumentos e subsidiar as práticas pedagógicas que combatam o preconceito linguístico e conservadorismo vigente em nosso âmbito escolar.



O professor precisa estar preparado para enfrentar o desafio de ensinar a língua materna, e, através dela, desenvolver a capacidade crítica dos alunos, promovendo, assim, o exercício da cidadania e sua inclusão social.

1. A SOCIOLINGUÍSTICA

Os estudos da Sociolinguística tiveram início com Bright (1966) e Fishman (1972), que passaram a considerar os aspectos sociais da língua e, mais tarde, Labov (1972), que criou a teoria da variação linguística, partindo da ideia da heterogeneidade da língua e dos fatos linguísticos pertencentes a ela, procurando relacioná-los às questões sociais, e considerando que a língua sofre implicações de ordem política, psicológica e social em seu processo evolutivo.

Delimitar o campo da Sociolinguística não é uma tarefa fácil, mas de acordo com Bright (1966) ela tem como objeto, a diversidade linguística, considerando-se a identidade social dos falantes e suas condições comunicativas. (Monteiro, 2005, p. 15)

Nessa mesma perspectiva Baylon (2000, p.26) nos esclarece que a Sociolinguística se preocupa essencialmente em descrever as diferentes variedades coexistentes dentro de uma comunidade de fala, englobando praticamente tudo o que diz respeito ao estudo da linguagem em seu contexto sociocultural.

A variedade linguística acontece em vários níveis da língua, muitas vezes, em consequência de fatores linguísticos, ou seja, fonéticos, morfológicos, semânticos, sintáticos e discursivos, como também de fatores extralinguísticos, como a faixa-etária, a classe social, o nível de escolaridade, a profissão e a região de origem dos falantes.

Mollica (2010, p.09) define a Sociolinguística como

uma das subáreas da Linguística que estuda a língua em uso, no seio das comunidades de fala, voltando a atenção para um tipo de investigação que correlaciona aspectos linguísticos e sociais. Esta ciência se faz presente num espaço interdisciplinar, na fronteira entre língua e sociedade, focalizando precipuamente os empregos linguísticos concretos, em especial os de caráter heterogêneo. (Mollica, 2010, p.9)



Nesse sentido, os estudos da Sociolinguística permeiam outras ciências, especificamente, as que contribuam para proporcionar instrumentos ao processamento, à análise e ao entendimento desse universo da língua falada, quanto ao seu uso e variações.

2. A IMPORTÂNCIA DA SOCIOLINGUÍSTICA NA SALA DE AULA

É muito comum ouvirmos as pessoas falarem “trabaiá” e não “trabalhar”, ou ainda, “bandeija” e não “bandeja”. Esses são simples exemplos de variação linguística que encontramos na nossa vida cotidiana.

Em sala de aula, o professor de língua portuguesa depara-se com alunos que falam e escrevem “as menina bonita” e “os home explica”, ao invés de “as meninas bonitas” e “os homens explicam”. De acordo com Bagno *apud* Bortoni (2004 p.8):

[...] estamos diante de diferenças e não de “erros”. A noção de “erro” nada tem de linguística [...] é decorrente dos critérios limitados de avaliação isto é, dos preconceitos, que os cidadãos pertencentes à minoria privilegiada lançam sobre todas as outras classes sociais. [...] O erro não existe, mas sim formas diferentes de usarmos os recursos disponíveis na língua.

Seguindo esse raciocínio pode-se dizer que o erro aconteceria se uma pessoa de modo particular, no ato da produção do fonema se equivocasse, mas não consideram erro, esses fenômenos da língua falada.

Retomando o contexto escolar, enquanto professores de Língua Portuguesa, precisamos entender que os chamados erros, cometidos por nossos alunos, possuem uma explicação dentro do sistema e processo evolutivo da língua e que eles podem ser trabalhados em aula, para que, partindo da maneira própria da fala dos alunos, se ensine a norma culta da língua.

Assim sendo, a Sociolinguística pode contribuir significativamente para o trabalho do professor de Português, que, atentos às variações linguísticas naturais da língua falada, poderão combater os possíveis preconceitos em sala de aula.

O professor precisa entender que a língua é viva e, portanto, se modifica em função de seu uso e a cada contexto. As aulas de Português não deveriam se restringir ao ensino da gramática, porque com



tal atitude conservadora, corre-se o risco de se confirmar o mito de que o “português e sua gramática são difíceis”.

O papel da escola é o de levar os alunos a se apoderarem da norma culta da língua, mas também enriquecer o seu repertório linguístico, permitindo o acesso a uma maior gama possível de recursos para que atinjam uma competência comunicativa ampla e diversificada, sem desvalorizar suas variantes linguísticas de origem, adquiridas nas suas relações sociais dentro de sua comunidade.

A gramática deve continuar a ter papel de destaque nas aulas de Língua Portuguesa, mas seu caráter unificador e normalizador da escrita precisa ser repensado, remodelado, com base nas variações linguísticas.

Assim, considerando que o conhecimento da Sociolinguística contribui relevantemente para os profissionais que ensinam a língua materna em nosso sistema educacional, uma das oportunidades para o aperfeiçoamento e reconstrução deste, são os cursos de formação continuada de professores.

3. A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES

Primeiramente apresentaremos uma concepção para o termo “formação continuada”, em seguida, trataremos das bases legais da formação continuada de professores e por fim, teceremos algumas considerações sobre a formação continuada de professores da nossa língua materna.

Assim, para iniciarmos nossas considerações sobre a formação continuada, utilizaremos uma definição para o termo “formação continuada”. Para Libâneo (2004, p.227),

o termo formação continuada vem acompanhado de outro, a formação inicial. A formação inicial refere-se ao ensino de conhecimentos teóricos e práticos destinados à formação profissional, completados por estágios. A formação continuada é o prolongamento da formação inicial, visando o aperfeiçoamento profissional teórico e prático no próprio contexto de trabalho e o desenvolvimento de uma cultura geral mais ampla, para além do exercício profissional. (2004, p.227).

O autor nos traz a ideia de que, na formação inicial em licenciatura, os conhecimentos pedagógicos ensinados na formação inicial são insuficientes para as práticas profissionais cotidianas em sala de aula, por isso há a necessidade de se buscar aperfeiçoamento contínuo.



EDIÇÃO Nº 12 , SETEMBRO DE 2013

ARTIGO RECEBIDO ATÉ 10/09/2013

ARTIGO APROVADO ATÉ 20/09/2013

No entanto, ainda encontramos professores de línguas resistentes a investir na formação continuada e que se consideram meros reprodutores de conhecimento através de atividades ligadas a um currículo ultrapassado, que não favorece o desenvolvimento do pensamento crítico.

A antiga LDB 5692/71, foi promulgada em meio ao Golpe Militar e contribuiu para o tecnicismo na educação do país. Em seu Capítulo V, ficou estabelecida a formação mínima exigida para o exercício do magistério nos ensinos 1º e 2º graus, nomenclatura adotada na época.

O Art. 38 da referida lei, determinava que: “Os sistemas de ensino estimularão, mediante planejamento apropriado, o aperfeiçoamento e atualização constantes dos seus professores e especialistas de Educação”. Porém, poucas ações efetivas ocorreram acerca do investimento nesta formação, até porque, a lei não apontava formas de se efetivar essa formação na prática.

Posteriormente, na “Década da Educação”, nos anos noventa, a formação de professores passou por reformas educativas, através da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9394/96, que alicerçava as reformas políticas educacionais brasileiras. O Governo Federal promoveu incentivo financeiro às escolas públicas, bem como, determinou a criação do sistema Nacional de Educação a Distância que, entre outros, tem o objetivo de facilitar ao professor o acesso à formação continuada:

Art. 63, § III - programas de educação continuada para os profissionais de educação dos diversos níveis.

Art. 67 - Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público.

§ II - aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim;

§ V - período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho.

Conforme Perrenoud (1999) os professores precisam refletir sobre suas práticas, pois a reflexão contribui para transformar o mal-estar, a revolta, o desânimo, em problemas, e eles podem ser diagnosticados e até resolvidos com mais consciência, com mais método. Ou seja, uma prática reflexiva nas reuniões pedagógicas, nas entrevistas com a coordenação pedagógica, nos cursos de aperfeiçoamento, nos conselhos de classe, etc. leva a uma relação ativa e não queixosa com os problemas e dificuldades.



EDIÇÃO Nº 12 , SETEMBRO DE 2013

ARTIGO RECEBIDO ATÉ 10/09/2013

ARTIGO APROVADO ATÉ 20/09/2013

Segundo Schon “O processo de reflexão na ação, pode ser desenvolvido numa série de momentos sutilmente combinados numa habilidosa prática de ensino” (Schon, 1992, p.83 *apud* Celani 2002).

De acordo com o autor, esses momentos são apresentados em quatro etapas consecutivas: primeiramente o professor surpreende-se com o que o aluno faz, em seguida, ele reflete sobre o fato ocorrido, pensando sobre o que o aluno fez ou disse e busca compreender a razão pela qual foi surpreendido, posteriormente reformula o problema que fora suscitado pela situação e pode verificar que o aluno teve êxito ao cumprir as instruções que lhe foram transmitidas, por fim o professor efetua uma nova experiência para que possa testar nova hipótese que formulou sobre o modo de pensar do aluno.

Para ele, este processo de reflexão na ação é interno ao professor e não exige palavras. Já a reflexão sobre a ação, consiste em olhar sobre o que foi realizado, a aula dada, de maneira retrospectiva e refletir sobre as ações realizadas, pensando no que aconteceu no que observou, no significado que lhe deu e no que poderia ser feito para melhorar tal situação. No entanto, já neste processo exige-se o uso da palavra.

Tal concepção baseia-se na resolução de problemas e geração de hipóteses, e sua visão promove um modelo de trabalho útil para as possibilidades de mudanças nas representações dos professores, pois está relacionado a princípios e não a regras. Ressalta-se que a reflexão no contexto educacional implica na substituição do saber pedagógico por questões derivadas da prática pedagógica.

Schon (1992) discorre sobre o processo de desenvolvimento reflexivo do professor e sua importância em sua aprendizagem e formação, pois a reflexão faz o mesmo compreender o que ocorre em sala de aula e o questionamento de seu papel reflete na transformação da escola e da sociedade.

Então uma postura reflexiva dentro da prática, torna o professor um sujeito na ação, e assim, ele pode refletir sobre tais ações, ou seja, o que está sendo realizado, assim como, as suas consequências e então mudar ou melhorar o que percebeu. Além disso, tratando da prática, associada à teoria, o professor passa a assumir um papel de regulador autoconsciente em relação às suas práticas, podendo desta forma, tornar-se reflexivo, passando a compreender e a poder modificar a sua prática docente.

4. A SOCIOLINGÜÍSTICA E A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DE LÍNGUA PORTUGUESA



Ao professor de Português não compete somente à missão de ensinar a língua, mas também de promover a cidadania, combatendo o preconceito e o conservadorismo linguístico dentro e fora da escola. Seu papel é o de desmistificar o fato de que nossa língua materna seja difícil e inacessível, se quiser lutar contra a exclusão social e o conservadorismo no ensino.

O papel da escola e dos professores de Português é o de levar os alunos a se apoderarem da norma culta da língua, mas também de enriquecer o seu repertório linguístico, permitindo-os o acesso a uma maior gama possível de recursos para que atinjam a competência comunicativa ampla e diversificada, sem desvalorizar as demais variantes linguísticas.

Nesse sentido, os estudos da Sociolinguística contribuem para a atuação dos profissionais de línguas de nossas escolas, quando refletem e fazem os alunos refletirem sobre os mecanismos para que possibilitem um uso mais eficaz e adequado da língua e suas variações nos diversos contextos de comunicação.

Ao estudar a sociolinguística o professor de língua materna em serviço, passa a ter instrumentos para combater o preconceito linguístico e ampliar sua visão sobre a língua nos planos geográficos e sociais. O docente reconhecerá os dialetos dentro do português brasileiro e a língua como veículo de interação social servindo para a comunicação, banindo sua visão de “certo” e “errado”, levando o aluno a pensar sobre sua língua e reconhecer nela as diferenças refletidas do nosso povo.

Ressaltando a importância dos estudos sociolinguísticos na formação continuada de professores de língua materna, poderemos romper com o ciclo de dominação e marginalização linguística em nossas escolas. A Sociolinguística pode trazer benefícios à formação continuada dos professores de língua materna, uma vez que fornece instrumentos para subsidiar suas práticas pedagógicas, principalmente no combate ao preconceito linguístico e conservadorismo vigente em nosso âmbito escolar.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, buscamos compreender quais são as possibilidades e os desafios para a aplicação da Sociolinguística na sala de aula e nos cursos de formação continuada dos professores de Português.

Entendemos que o professor desempenha um papel importante nos processos educacionais e acreditamos que a consciência das noções sociolinguísticas sobre a da heterogeneidade da língua e da importância de legitimar e valorizar as variedades linguísticas que os alunos possuem, poderia minimizar



EDIÇÃO Nº 12 , SETEMBRO DE 2013

ARTIGO RECEBIDO ATÉ 10/09/2013

ARTIGO APROVADO ATÉ 20/09/2013

a resistência de alguns professores e apresentam práticas e discursos cristalizados em anos de exercício docente centrado no ensino tradicional, baseado na gramática. Esta questão nos remete formação continuada, pois a adesão vem da experiência teórico-prática que os docentes vivenciam através de aulas e da pesquisa.

As concepções linguísticas estruturalistas por meio das quais se pensava o ensino da língua portuguesa apenas no seu aspecto teórico baseado na memorização de gramaticais, hoje é considerado uma concepção ultrapassada, pois temos, atualmente, uma proposta voltada para a reflexão em torno do usuário, dos interlocutores e do contexto de produção do uso linguístico.

Para cumprir bem a função de ensinar a língua padrão, a escola precisa livrar-se de mitos e crenças insustentáveis que geram práticas preconceituosas e de exclusão. A escola deve ensinar a gramática da língua partindo do saber linguístico de cada um dos alunos e os professores precisam ser formados neste sentido.

O professor de língua portuguesa precisa acompanhar as novas tendências e concepções de língua e ensino e adquirir uma postura crítica em relação à sua prática docente. Os professores não podem limitar suas práticas a transmissão da gramática normativa e a decoreba de regras, para os alunos, muitas vezes sem sentido. Ao contrário, é necessário que o professor esteja preparado para questionar as explicações, tomando como base o saber linguístico dos alunos que precisa também ser valorizado.

O docente deve ter consciência de que é através do conhecimento que o seu aluno poderá transformar-se em um cidadão crítico capaz de se relacionar em qualquer grupo social, por isso, ao ensinar Língua Portuguesa é preciso possibilitar que ele vá além das palavras em seu contexto metalinguístico, ou seja, que ele conquiste o mundo.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAHÃO, Maria Helena Vieira. **Crenças e ensino de línguas-foco no professor, no aluno e na formação de professores**. Ana Maria Ferreira Barcelos e Maria Helena Vieira Abrahão (org.). Campinas, SP: Pontes editores, 2006 236p.

BRASIL, **Referenciais para formação de professores**, Brasília, MEC / SEF, 1999.

BRASIL, **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília, MEC / SEF, 1998.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Base de Educação Nacional Nº 9394**. Brasília, 20 de dezembro de 1996.



EDIÇÃO Nº 12 , SETEMBRO DE 2013

ARTIGO RECEBIDO ATÉ 10/09/2013

ARTIGO APROVADO ATÉ 20/09/2013

CELANI, Maria Antonieta (org.). **Professores e Formadores em Mudança: relato de um processo de reconstrução e transformação da prática docente.** Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002.223p.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola – Teoria e Prática.** Goiânia: alternativa, 2004.

MONTEIRO, José Lemos. **Para Compreender Labov.** Petrópolis- RJ: Vozes, 2000.

PERRENOUD, Philippe. *Construir as competências desde a escola.* Porto Alegre: Artes Médica, 1999.

TARALLO, Fernando. **A pesquisa sociolinguística.** 8ªed. São Paulo: Ática: 2007.96p.